

SER PROFESSOR NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARÁ – ETFPA NOS TEMPOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR: HISTÓRIA DE VIDA E IDENTIDADE DOCENTE

BEING A TEACHER AT A FEDERAL TECHNICAL SCHOOL IN PARÁ DURING THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP:
HISTORY OF LIFE AND TEACHING IDENTITY

Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti*
natibarro1@yahoo.com.br

Gustavo Barbosa**
gustavoufop@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo percorre uma das entrevistas realizadas pela equipe da Pesquisa "Ser Professor em uma Escola Técnica Federal nos tempos da Ditadura Civil-Militar: história de vida e identidade docente (ETFPA 1968-1985)", desenvolvida entre 2018 e 2019 no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará. Trilhamos relatos que podem permitir a compreensão de elementos diversos sobre o ensino na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos anos 1970, a construção e desenvolvimento da carreira docente e das relações políticas e sociais tecidas dentro de uma instituição centenária, voltada para formação profissional da juventude trabalhadora. Ao vincular-se aos paradigmas da História Oral de Vida, a pesquisa oportuniza um olhar diferente, qualitativo e holístico sobre a docência em uma Escola Técnica Federal. A abordagem consiste em perceber o "ser professor/a" na sua totalidade, articulando a história de vida à formação docente.

PALAVRAS CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica, Docência, História Oral.

ABSTRACT: The article covers one of the interviews conducted by the Research team "Being a Teacher at a Federal Technical School during the Civil-Military Dictatorship: life history and teaching identity (ETFPA 1968-1985)", developed between 2018 and 2019 at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará. We traced reports that can allow the understanding of various elements of teaching in Professional and Technological Education (EFT) of the 1970s, the construction and development of the teaching career and political and social relations woven within a centenary institution, focused on professional training of youth workers. By linking itself to the paradigms of Oral History of Life, the research provides an opportunity for a different, qualitative and holistic view of teaching at a Federal Technical School. The approach consists in perceiving "being a teacher" in its totality, articulating the history of life to the teaching education.

KEYWORDS: Professional and Technological Education, Teaching, Oral History.

Introdução

O artigo percorre uma das entrevistas realizadas pela equipe da Pesquisa "Ser Professor em uma Escola Técnica Federal nos tempos da Ditadura Civil-Militar: história de vida e identidade docente (ETFPA 1968-1985)", desenvolvida entre 2018 e 2019 no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará. O principal objetivo da pesquisa é coletar,

*Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica e da Licenciatura em História do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará.

**Professor EBTT do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2006), mestrado (2010) e doutorado (2015) em História Social da Cultura na Universidade Federal de Minas Gerais.

por intermédio de entrevistas gravadas e transcritas, as narrativas que compõem a vida de docentes que atuaram na Escola Técnica Federal do Pará (ETFFPA), entre 1968 e 1985.

Uma das possíveis contribuições da investigação, contemplada com bolsas de Iniciação Científica na Categoria Ensino Médio-PIBIC-EM CNPq-PROPPG-IFPA, consiste na formação de um Centro de Memória e História Oral, a ser sediado no IFPA-*Campus* Belém. O acervo construído, uma vez disponibilizado, poderá ser consultado, explorado e utilizado por estudantes, docentes, pesquisadores e demais interessados no tema. Além disso, viabilizará a reunião e divulgação, por meio de mídias digitais ou em site, dos depoimentos das pessoas que dedicaram parte de sua vida a construir uma educação profissional de qualidade no estado do Pará, na região Norte do Brasil, em contextos, muitas vezes, adversos nos campos políticos e educacionais. São professoras e professores que trazem em seus relatos elementos para compreendermos diversos aspectos do ensino, da construção e desenvolvimento da carreira docente e das relações políticas e sociais tecidas dentro de uma instituição centenária, voltada para formação profissional dos filhos e das filhas da classe trabalhadora.

Ao vincular-se aos paradigmas da História Oral de Vida, a pesquisa oportuniza um olhar diferente, qualitativo e holístico sobre a docência em uma Escola Técnica Federal. A abordagem consiste em perceber o “ser professor/a” na sua totalidade, articulando a história de vida à formação docente. A investigação permite entender como a política pública foi vivida e significada por esses agentes sociais, na escola. Dentro do campo da “História da Profissão Docente”, a pesquisa fornece subsídios para a discussão sobre docência, para além dos fragmentados estudos tradicionais quase sempre separados dos temas da formação inicial, continuada, currículo, relações com o Estado, carreira e profissão (CATANI, 2011; BUENO, 2007). A história oral de vida de professores/as permite uma perspectiva globalizante, complexa e, por isso, rica.

O período entre 1968-1985 marca importantes momentos político-sociais vividos diretamente pelos docentes da Rede Federal de Ensino no Pará: a ditadura civil-militar; o projeto de colonização da região chamado “Operação Amazônia”; e a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 5692/71 (BRASIL, 1971), que tornava o ensino profissionalizante obrigatório no segundo ciclo. Como os docentes vivenciaram esses

momentos da história da ETFPA? Como eles a entendem hoje, a partir da elaboração da memória? O que significava ser professor/a da ETFPA entre 1968 e 1985?

As narrativas elaboradas pelas memórias de nossos interlocutores dão visibilidade e circulação social a experiências e trajetórias que outrora eram mais limitadas ou até inexistentes. Os relatos carregam uma gama de sentimentos ao rememorar os desafios da formação profissional, o ingresso na carreira, as dificuldades e obstáculos dentro da instituição, as relações afetivas construídas. No trabalho da memória, um cenário de decepções, medos, indiferenças e silenciamentos também emerge nas entrevistas.

Neste artigo, nos aproximaremos da entrevista concedida pelo Professor Manoel Antônio Quaresma Rodrigues, que no momento da gravação de seu depoimento, em janeiro de 2019, tinha 45 anos de sua vida dedicados ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará. Em um primeiro momento, entre 1974 e 1977, vivenciou como estudante do Curso Técnico em Mecânica na então Escola Técnica Federal do Pará e, a partir de 1978, como professor da instituição, desenvolvendo sua carreira, atuando em diferentes âmbitos, até 2019, ano em que se aposentou. Trata-se do primeiro docente da instituição a receber o ilustre título de Professor Emérito, como forma de reconhecimento por sua atuação. A trajetória intensa e longa do docente com a Educação Profissional e Tecnológica emergiu nas entrevistas e possibilitou que algumas experiências do tempo de ETFPA fossem iluminadas, assim como questões específicas sobre o cenário político aparecessem de forma nebulosa ou fosse silenciada. Daí a escolha de nos atermos, como estratégia metodológica, para fins deste artigo, apenas em seus relatos.

Contudo, antes da análise das produções da memória do professor, suas lembranças e esquecimentos, tecemos algumas considerações teóricas e metodológicas sobre história oral de vida e memória, fundamentos da nossa pesquisa. Posteriormente, apresentamos um breve histórico da instituição em pauta, destacando momentos considerados significativos pelo nosso entrevistado.

História oral de vida, memória e história: percursos metodológicos e teóricos

A partir do emprego do método de história oral de vida, pretende-se articular as influências do contexto social, histórico, político e pedagógico analisados e estudados durante a pesquisa bibliográfica com as memórias dos entrevistados. Quais as percepções

individuais sobre a reforma educacional que instituiu a profissionalização compulsória? Como se deu a escolha profissional e o desenvolvimento na carreira? Que leituras produzem sobre as relações entre educação profissional e regime ditatorial no Pará? Quais representações constroem sobre sua identidade docente em uma instituição federal de educação profissional? O que escolhem lembrar e esquecer no confronto com a memória?

O uso da história oral de vida não implica uma verdade absoluta acerca de determinada temática, pois o foco é a versão oferecida pela pessoa entrevistada, que posteriormente, com a análise documental e bibliográfica, torna-se alvo de uma discussão analítica. Portanto, este estudo adota uma abordagem qualitativa, na medida em que proporciona uma análise das relações sociais a partir da vivência dos sujeitos (SANCHES; MINAYO, 1993). Ainda com base nestes autores, “(...) o nível de significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores que se expressa pela linguagem comum na vida cotidiana (...) caracteriza-se como o objeto da abordagem qualitativa” (SANCHES; MINAYO, 1993, p. 245).

Chizzotti (2006) traça características da pesquisa qualitativa fundamentais para o desenvolvimento deste estudo, que pretende relacionar contextos sociais mais amplos às histórias de vida de professores/as. Segundo este autor, é necessária a constatação dos sujeitos como construtores de práticas e conhecimento que resultará no desenvolvimento de uma pesquisa com base em uma relação de colaboração entre pesquisador e pesquisado, como também a compreensão de que os silêncios possuem significados importantes para uma análise.

Autores como Portelli (1997), Queiroz (1988) e Paulilo (1999), dentre outros, tratam a história oral de vida como uma das técnicas da pesquisa qualitativa. Isso porque de acordo com Portelli (1997) esta técnica possibilita a reflexão da subjetividade do entrevistado como fonte de articulação que coloca a vivência em destaque. Segundo Queiroz (1988), a história de vida propõe uma inter-relação entre individualidade do sujeito e o contexto social. Conforme Paulilo (1999, p.142), o método das histórias de vida atua como um instrumento essencial na análise da sobreposição entre o que é exterior aos indivíduos e principalmente o que ele traz dentro de si.

Para as entrevistas, utilizamos um roteiro geral que envolveu aspectos da vida privada e profissional. O estudo propôs, de acordo com Alberti (2013), uma flexibilidade nos

dias de encontro com cada interlocutor, embora dois dias tenham sido a média para cada entrevistado/a, respeitando as particularidades de cada um. Após a primeira entrevista com cada participante, foi feito um roteiro individual de acordo com as suas especificidades e conforme o envolvimento do/a entrevistado/a com o roteiro geral. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, tendo o auxílio do setor de comunicação e audiovisual do IFPA-Campus Belém. Os procedimentos de coleta seguiram os passos já consolidados na metodologia da história oral, a exemplo do roteiro geral, caderno de campo e roteiro individual. Segundo Alberti (2013), Meihy e Ribeiro (2011), o caderno de campo é fundamental para o registro do desenvolvimento das entrevistas, pois se deve levar em consideração os percalços, desde a seleção dos entrevistados à marcação das datas das entrevistas, como também o comportamento do entrevistado frente às perguntas (de maneira geral, a condução da entrevista). De acordo com a literatura utilizada, ter o caderno de campo proporciona a “prática da reflexão em torno do objeto de estudo” (ALBERTI, 2013, p. 223).

Conforme Lozano (2006), a importância da história oral na construção do conhecimento se dá por conta de sua capacidade em propor um diálogo entre diferentes experiências de um mesmo acontecimento, garantindo, assim, um espaço à subjetividade. A abordagem da História Oral não vislumbra uma verdade absoluta acerca do acontecimento do passado em questão, visto que seu objetivo se direciona a compreender como o sujeito reinterpreta as suas vivências do passado no tempo presente (THOMPSON, 2006).

O ponto de convergência entre história e memória centra-se na tentativa de reconstrução do passado, onde este ganha sentido através do presente. Nesse sentido, história e memória possuem uma relação que caminha para a construção da identidade coletiva, na qual se faz necessário perceber que se trata de um processo em transformação. Por isso, história e memória atuam como referenciais na formação do sujeito atuante em seu tempo. Nesse sentido, tal reconhecimento cria no sujeito a percepção da sua capacidade de transformação. Parte-se, assim, do pressuposto de que o ser humano não apenas sofre interferências da sociedade em que vive, sendo também capaz de transformá-la (DELGADO, 2003).

Halbwachs (2015) foi um dos primeiros autores a tratar a memória como uma construção social, especificamente no texto “A memória coletiva”. O autor defende a ideia

de que a memória é sempre uma tarefa coletiva, uma vez que tem sua estrutura formada a partir de um conjunto de pessoas que se lembram, e esta premissa permite a sua duração ao longo do tempo. No entanto, não significa afirmar que a memória coletiva seja a uniformização de todas as lembranças individuais, na qual apenas uma torna-se hegemônica, pois cada memória individual é um recorte da memória coletiva. A esse aspecto o autor coloca a memória individual como um ponto de vista a respeito da memória coletiva, de modo que esse ponto de vista muda segundo o lugar que o sujeito ocupa, assim como esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantém com outros ambientes (HALBWACHS, 2015). Portanto, o autor destaca a influência de terceiros no ato de lembrar.

Como já foi exposto, é necessário existir um grupo para dar sentido ao lembrar. Este grupo, todavia, altera-se a depender dos diversos ambientes – como família, amigos, parentes, conhecidos e tantos outros aos quais o indivíduo integra-se ao longo de sua vida. Essa necessidade em haver um grupo e, em seguida, o despertar da lembrança não significa ser preciso existir testemunhas de forma materializada e sensível para confirmá-la, na medida em que carregamos conosco a vivência, e é ela que abarca as interações sociais construídas ao longo da vida. A leitura deste autor é essencial para compreender a relação do indivíduo com o grupo na perspectiva da memória, pois, quando ele afirma que a existência do grupo dá suporte à memória, ele se refere ao nível de pertencimento dos envolvidos no grupo.

Ainda sobre essa discussão, Michael Pollak (1989) analisa o fenômeno da memória social a partir de diversos fatos históricos marcantes e sua relação com os processos de “lembrar”, tendo como premissa que a memória não é um fato único e imutável. Sua preocupação está alicerçada em entender como os partícipes de eventos marcantes na história mundial – como o período entre guerras, revoluções, disputas políticas e sociais – constituíram e constituem suas memórias.

Segundo Pollak (1989), a memória social tem várias facetas: memória oficial, memórias clandestinas, processos de esquecimento ou amnésia social, que, por sua vez, configuram um “enquadramento da memória”. Esse processo memorialístico é marcado ainda por disputas e reivindicações acerca de suas defesas e constituições. Compreender a memória e seus aspectos sociais requer um recorte no contexto histórico, porque o seu uso

ou exclusão em dado período tem uma relação com o tempo presente. Para o autor, o cerne desta discussão fundamenta-se na seguinte análise: o presente atua como catalisador do uso do passado e da memória, logo, o contexto no presente exerce transformações na intencionalidade no trato com a memória e o passado.

Pollak (1989) também discorre sobre o enquadramento da memória, que se refere à formação e organização de memórias de determinado fato, tendo como funcionalidade manter a coesão interna e a defesa das fronteiras compartilhadas de um grupo. Basicamente, este processo atua como um acordo implícito acerca do que pode ou deve ser relatado. Mesmo possuindo esta característica engessada, ela não deixa de ser memória.

Assim, percebe-se que a relação entre passado, memória e presente também se caracteriza como uma construção contínua. Com base neste conceito do autor, ao lembrar determinada situação do passado haverá sempre parâmetros do presente que darão significado a esta lembrança. Quando a lembrança se refere a acontecimentos históricos marcantes, pois, certamente há influências políticas, econômicas e sociais no presente que irão direcionar este olhar ao passado, reinterpretando-o.

Uma instituição federal de educação profissional na amazônia paraense (1910-1980)

O Decreto Lei nº 7566, de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909), criou, em âmbito federal, as Escolas de Aprendizes e Artífices – E.A.A, atribuindo características e configurações próprias à Educação Profissional no Brasil. O Presidente da República Nilo Peçanha pretendia ofertar o ofício de operário aos denominados “desprovidos da fortuna”. No Pará, a EAAPA iniciou suas atividades em 1910, funcionando com cinco oficinas: marcenaria, funilaria, alfaiataria, sapataria e ferraria (BASTOS, 1989; VASCONCELOS, 2011). Já em 1911, incluiu os cursos primários e de desenho, passando, no ano posterior, a funcionar no turno da noite.

As Escolas de Aprendizes e Artífices, apesar do caráter assistencialista que as acompanhou, foram idealizadas como parte de um projeto de construção do país, a partir do entendimento de que a formação de mão de obra qualificada auxiliaria no desenvolvimento industrial do Brasil. Essas escolas inauguraram as políticas de educação profissional no Brasil ao apresentar uma proposta, ainda que incipiente, de educação para o trabalho (CANDIDO *et. al.*, 2019).

A oferta do ensino profissional no país se torna obrigatória a partir de 1927, no governo de Fidélis Reis, com um projeto aprovado pelo Congresso Nacional. Em 1934, houve grande expansão do Ensino Industrial, acarretada por uma política de criação de novas escolas industriais:

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A Lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (COSTA, 2009, p. 20).

As Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Liceus Profissionais em 1937 pela Lei 378 (BRASIL, 1937), e, assim, a Escola de Aprendizes e Artífices transforma-se em Liceu Industrial do Pará, passando a oferecer o Ensino Profissional em todos os níveis (LOBATO, 2010). Em 1941, a Reforma Capanema foi estabelecida no país. Tal Lei implementou a possibilidade de o ensino profissional ser considerado de Nível Médio, sendo a forma de ingresso por meio de exames de admissão. Os cursos foram divididos em dois níveis, tendo o primeiro os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de maestria. O segundo era correspondente ao curso técnico industrial, possuindo três anos de duração e estágio supervisionado nas indústrias, constituindo várias especialidades (COSTA, 2009).

Em 25 de fevereiro de 1942, o Decreto Lei 4.127 transformou os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas (BRASIL, 1942). Desse modo, a oferta da formação profissional se torna equivalente ao nível secundário. No Pará, a nomenclatura adotada foi Escola Industrial de Belém, mantida até 1968, quando a instituição passa mais uma vez por reformulação e inicia a trajetória como Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA (LOBATO, 2010).

Já em tempos de ditadura civil-militar, os rumos da ETFPA são marcados pela abertura de novos cursos e posição estratégica na formação da juventude trabalhadora na região amazônica. Conforme Vasconcelos (2019), em 1968 os cursos de Prótese Dentária e Saneamento são iniciados e o curso de Eletromecânica é desmembrado em Mecânica de Máquinas e Eletrotécnica, em 1970. A partir de 1972, a ETFPA, sob vigência da Lei 5.692, de 1971, que torna obrigatórios os cursos profissionalizantes, excluindo o caráter preparatório para o Ensino Superior, oferece os cursos de Edificações, Estradas, Saneamento,

Agrimensura, Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Telecomunicações, Mineração e Metalurgia (BRASIL, 1971).

A historiografia aponta a década de 1970 como de enorme profusão de recursos e prestígio da ETFPA. Contribuiu para essa “fase áurea” o projeto de expansão capitalista na Amazônia, com investimentos governamentais e a chegada de grandes indústrias à região, além da referida reforma do Ensino Médio, com a compulsoriedade da formação técnica. Segundo Lobato (2010), o curso de Telecomunicações, por exemplo, tinha o propósito de atender aos setores básicos do Governo, principalmente Embratel e Telecomunicações Estaduais na Amazônia Oriental (Pará, Amapá e Tocantins). Já o curso de Mineração, visava a atender à exploração do minério da Serra do Carajás e de Trombetas. E, em 1972, com a implantação da Eletronorte, a maior das Usinas Hidrelétricas da Região Norte, foi criado o curso de Eletrotécnica, em consideração à demanda do mercado e da empresa.

Embora tenham sido elaborados planos de desenvolvimento econômico a serem implementados na Amazônia (e alguns deles postos em prática antes de abril de 1964), foi a partir de setembro de 1966, com a criação do Banco da Amazônia S/A (BASA) e da Superintendência para o Desenvolvimento Econômico da Amazônia (Sudam), que se intensificaram as ações do governo federal na Amazônia Legal, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. Dava-se prioridade ao incremento da concentração fundiária na região e, sobretudo, aos investimentos destinados a criar a infraestrutura que demandavam os projetos minero-metalúrgicos e energéticos (PETIT, 2016).

Sobre as mudanças e alinhamentos da educação com os interesses do mercado, a historiografia ressalta:

A ETFPA desempenhou este papel como instituição que forneceu este contingente de profissionais técnicos atendendo a demanda de empresas numa fase do capitalismo na qual o sistema produtivo hegemônico era Taylorista-Fordista e para o qual se exigiam perfis profissionais especialistas em determinadas funções produtivas necessárias para a manutenção dos objetivos organizacionais e produtivos das empresas instaladas na Amazônia paraense da época (VASCONCELOS, 2011, p. 7).

A sincronia entre indústrias, governo e ETFPA entra em declínio no final da década de 1980, quando o investimento em grandes projetos na Amazônia começa uma fase de refluxo. De toda forma, ao fim do regime autoritário-militar (1985), muitas das metas geopolíticas e socioeconômicas definidas pelos governos militares para a Amazônia,

sustentadas em ideários geopolíticos e nacional desenvolvimentistas, tinham sido alcançadas – e não foram significativamente modificadas nas três décadas posteriores –, sendo as principais atividades econômicas as destinadas a abastecer de matérias-primas outras regiões do país e o mercado internacional (PETIT, 2016).

Percebemos que as marcas da educação profissional são fortes no sentido de serem projetos formativos voltados a preparar mão de obra para o mercado, uma vez que seu público alvo sempre foi a classe menos favorecida da sociedade. As bases legais que historicamente marcaram essa oferta de ensino mostram o tipo de formação instrumental e restrita que lhes compunha (ARAÚJO, 2018).

Interessa-nos perceber, entre outros aspectos, como os docentes, em grande medida protagonistas da EPT, refletem sobre as reformas educacionais e os projetos políticos que atravessaram a trajetória dessa instituição federal no Pará. Suas falas e seus silêncios são bastante sintomáticos de como se posicionaram nas disputas e tensões do campo educacional dos anos 1970 e 1980.

O interlocutor e a tessitura da memória

Manoel Antônio Quaresma Rodrigues nasceu no interior do município de Abaetetuba/Pará, no dia 03 de dezembro de 1956. Seis meses após seu nascimento, foi entregue à sua tia, devido a complicações vivenciadas pelos seus pais biológicos. Com isso, o contato com seus genitores caracterizou-se por ser bastante restrito, já que desde muito cedo foi criado pela irmã de seu pai. Assim sendo, o seu crescimento e desenvolvimento foi acompanhado pela sua tia, tio e primo, constituindo, dessa forma, uma família que, apesar das dificuldades financeiras, permaneceu unida. No início de 1971, mudou-se para Belém para dar prosseguimento aos estudos e, segundo seu relato, *seguir uma carreira acadêmica*.

Realizou sua educação básica na instituição de ensino “Escola Temístocles de Araújo” e concluiu o Ensino Médio-Técnico no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), com formação técnica no curso de Mecânica Geral (1974). No ano de 1977, começou a trabalhar no SENAI como instrutor de aprendizagem. No ano seguinte, após fazer um minicurso e estagiar na Escola Técnica Federal do Pará, foi convidado a ministrar aulas em tal instituição. Inicialmente, dividia seu tempo e força de trabalho com ambas as instituições. Todavia, em razão da obrigatoriedade de se especializar para continuar

ministrando aulas, decidiu pedir demissão de sua função no SENAI, e dedicou-se integralmente à Escola Técnica e sua especialização. Além de ministrar aulas, assumiu alguns cargos administrativos durante os anos, como: Diretor do setor Pedagógico, Diretor de Ensino e Diretor Geral. Em 2014, começou a organizar seus documentos para solicitar sua aposentadoria. Só em 2019, porém, finalizou sua trajetória na instituição. Sua formação profissional é constituída pelos seguintes cursos: Graduação em Licenciatura Plena Em Disciplinas Especializadas pela Universidade Federal do Pará (1985), Especialização Em Teorias Políticas e Práticas pela Universidade Federal do Pará (2004) e aperfeiçoamento em Formação Empreendedora da Educação Profissional pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001).

Nosso interlocutor/entrevistado faz parte de uma “comunidade de destino” (no caso específico, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará), tendo atuado como docente da formação técnica desde 1978. “*Comunidade de destino* é o resultado de uma experiência que qualifica um grupo, articulando princípios que orientam suas atitudes de maneira a configurar uma coletividade com base identitária” (MEHY, 2005, p.72). Isso significa que há uma partilha de rotina, responsabilidades, e ele e seus colegas docentes são atores/objeto de uma mesma política pública, no contexto sócio-político investigado.

A “comunidade de destino” marca as memórias individuais dos docentes e as entrevistas permitem conhecer quais ideias e atitudes são significativas no rememorar dos sujeitos envolvidos. Ao analisar os labirintos das memórias individuais percorridos por cada professor/a, a intenção principal foi compreender o complexo rizoma que alimenta as trajetórias da comunidade docente, quais as principais referências, disputas, acordos e seus porquês (BIAZO, 2017, p. 17).

Os registros do caderno de campo e a transcrição da entrevista são as fontes da narrativa sobre o encontro de gerações, produzindo memória e história sobre a ETPA. Contextualizaremos o momento de produção da entrevista e, em seguida, à luz do material transcrito, produziremos uma trajetória do docente em diálogo com a bibliografia sobre a instituição.

A equipe da pesquisa era composta por um docente coordenador, ingresso em 2014 no IFPA, uma estudante de Pedagogia, uma estudante do Curso Técnico de Informática e um Técnico em Audiovisual, desde 2008 no quadro de servidores da instituição. Foram

realizadas duas sessões de entrevistas com o professor Manoel Antônio Rodrigues Quaresma. Em alguns momentos, datas e horários precisaram ser ajustados, pois, em janeiro de 2019, o docente era Diretor Geral do Campus Belém do IFPA. Interrupções também foram registradas, em decorrência da dinâmica de suas responsabilidades institucionais. Roteiro e objetivo da investigação lhe foram apresentados e houve uma afetuosa acolhida e interesse em contribuir para a realização do trabalho.

“Quaresma” ou “Professor Quaresma”, como a comunidade escolar o nomeia, ao ser perguntado “Como a ETEPA havia entrada em sua vida?” produz um relato cheio de detalhes da sua trajetória, desde os tempos de estudante até o cargo eletivo que ocupava naquele momento. Ao acionar a memória e trazer à tona o percurso de sua formação, o ingresso na carreira e suas contribuições para a instituição, percebe-se o orgulho que ele sente de sua trajetória. No momento do primeiro encontro com a equipe, devemos mencionar que o professor estava às vésperas de entregar o Cargo de Diretor que ocupou por 4 anos, não sendo reeleito no último pleito. Assim, percebe-se que o professor demonstra uma preocupação em registrar sua trajetória como gestor, dando destaque às realizações e conquistas administrativas durante sua gestão, evidenciando em seus enunciados o desejo de distanciar-se das imagens negativas de outros gestores que passaram pela instituição.

A influência do presente é extremamente visível em sua fala, como também a sua preocupação em fazer comparações sobre o Campus Belém antes e depois da sua gestão, ao mencionar, por exemplo, que outros diretores/reitores foram afastados e que houve processos de intervenção por conta de irregularidades. Aqui, é oportuno destacar que a gestão do professor (2015-2019) se destaca por ter sido, nas últimas décadas, a única que não sofreu intervenções externas e nem foi alvo de irregularidades administrativas. Na segunda sessão, visivelmente o professor estava mais à vontade, demonstrando-se, em alguns momentos, preocupado se estava respondendo adequadamente às perguntas. Era a última semana do professor como Diretor Geral do *Campus* e todas as suas falas estavam carregadas de emoção, pois ele já havia externado à comunidade que daria início ao processo de aposentadoria.

Ao falar sobre docência, percebe-se que se trata de um dos momentos em que ele se sente mais à vontade, falando com muita naturalidade, procurando mostrar em seu relato

o relacionamento afetoso que conseguiu construir com os estudantes, desde o seu ingresso como aluno e depois no início da sua carreira como docente. Os seus posicionamentos acerca do papel social do professor foram extremamente relevantes para propiciar uma reflexão acerca da construção da identidade docente. O seu relato nos remete às considerações sobre carreira docente apontadas por Nóvoa (1992), quando destaca que o desenvolvimento na carreira de professor é um processo e não uma série de acontecimentos. Segundo esse pesquisador, este processo pode parecer linear, mas, para outros, há patamares, regressões, becos sem saída, momentos de arranque, descontinuidades (NÓVOA, 1992).

Memórias da escola e do trabalho

A trajetória escolar de Manoel Antônio Quaresma Rodrigues possibilita que percebamos como os projetos formativos voltados à classe trabalhadora no Brasil se configuravam. Na infância pobre no interior, trabalhou com vendas para ajudar no sustento da família. Na adolescência, sua família, em busca de melhores condições de vida, muda-se para a capital Belém. Filho adotivo de uma família pouco abastada, realizou os estudos de 1º grau no Serviço Nacional da Indústria-SENAI, e ali mesmo iniciou seu ingresso no mundo do trabalho, por volta dos 17 anos de idade, como “instrutor de aprendizagem”. Participa, em 1974, do processo seletivo para ingressar no Curso de Mecânica Geral na “Escola Técnica Federal do Pará”, segundo seu relato, com o intuito de dar seguimento à formação iniciada no “SENAI”. Entre 1974 e 1977, ano de conclusão do curso, o jovem Quaresma já exercia atividades profissionais numa fábrica e como “instrutor de aprendizagem” no SENAI, o que o obrigou a estudar no turno Noturno na ETFPA. Em suas memórias, aparece uma primeira negociação que o jovem trabalhador, com ânsia de avançar nos estudos, precisou enfrentar:

Eu trabalhava durante o dia na fábrica... a propósito, ocorreu uma situação que cabe ser destacada. Quando realizei o processo seletivo em 1974 e fui aprovado, haviam sido ofertadas duas turmas, vespertina e matutina. Lembro-me que meu pai dizia o seguinte: “Meu Filho...”. Naquela época, a visão que as famílias possuíam era que os filhos pudessem ajudar em casa. Logo, se eu já possuía uma formação como técnico em Mecânica Geral, poderia trabalhar e ajudar a família. Então, meu pai disse: “Meu filho, você precisa trabalhar, como é que tu vais estudar de tarde?”. Depois disso, fiquei conversando com uma amiga minha, cuja conhecia uma pessoa que trabalhava na instituição. Em virtude disso, vim conversar com a diretora da “Escola Técnica”, o nome dela era “Yolanda Pinto Maués”. Ela me perguntou qual era minha situação, e expliquei que tinha sido aprovado para cursar um dos cursos técnicos na instituição, disse também que era

meu sonho estudar na “Escola Técnica”, no entanto, havia sido aprovado para cursar no período vespertino, e minha família necessitava da minha ajuda financeira. Aliás, eu era o último investimento da minha família, era a aposentadoria dos meus pais. Então, deixei claro que não seria possível estudar de tarde, e iria desistir do curso, pois necessitava trabalhar. Depois de me ouvir, autorizou minha transferência para a turma da noite (RODRIGUES, 2019 – Depoimento concedido ao Projeto Ser Professor na Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA nos tempos da Ditadura Civil-Militar: história de vida e identidade docente. Belém, 23 de janeiro de 2019).

A experiência educativa da classe trabalhadora, dos considerados “menos favorecidos”, em que trabalhar e estudar é parte de um processo intenso de superações, é ressaltada quando o professor lembra de seus tempos de estudante. Isso também indica o perfil dos discentes que ingressavam na ETFPA, oriundos de famílias de operários, pequenos comerciantes e trabalhadores informais. O ingresso na instituição era motivo de orgulho e a conclusão dos estudos uma forma de ascensão social. Ser estudante na ETFPA requeria dedicação e disciplina:

Comecei a estudar no turno da noite. Fui um aluno excelente, me dediquei, o curso era extremamente pesado, algumas noites eu nem dormia, tinha noite que dormia 5 horas da manhã e acordava 6 horas para que fosse possível estar na fábrica às 7 horas. Meados de 1974 -1975 resumiu-se a essa situação. Saía de casa... Levava uma lata que continha a minha alimentação referente ao almoço, deixava um pouco para comer mais tarde. Tomava banho na fábrica e vinha direto para à instituição. Destaco que as aulas começavam às 19h e acabavam às 23h10min. E os professores finalizavam as aulas somente no horário definido para acabar, não liberavam a turma mais cedo. (...) Em relação às avaliações ou tarefas das nossas disciplinas, possuíamos um grupo para realizarmos tais atividades nos finais de semana ou na sequência da noite, saíamos às 23h10min e depois íamos para casa de algum integrante do grupo, chegando na casa fazíamos uma farofa de ovo ou carne enlatada e comíamos com café, depois estudávamos durante a madrugada. Eu dormia das 5h às 6h, e às 7h já estava na fábrica (RODRIGUES, 2019 – Depoimento concedido ao Projeto Ser Professor na Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA nos tempos da Ditadura Civil-Militar: história de vida e identidade docente. Belém, 23 de janeiro de 2019).

O trabalho como meio de sobrevivência material e prática educativa é evidenciado nas memórias do entrevistado. Mas, como ressalta Ciavatta (2007), o ideário da educação de nível médio técnico destinada a jovens que devem ingressar no mundo do trabalho e se inserir na lógica produtiva capitalista, também emerge no trecho acima. O jovem vai da fábrica para a escola e da escola para a fábrica.

O entrelaçamento entre teoria e prática aparece no relato do professor Quaresma e é apontado como meio de sua inserção profissional precoce no Magistério Federal. Em sua narrativa, a experiência profissional foi valorizada pelos professores da ETFPA que coordenavam o Curso Técnico de Mecânica, convidando-o a montar algumas máquinas

que estavam encaixotadas na instituição. Segundo ele, elas já tinham sido adquiridas há tempo, necessitavam apenas de alguém para montá-las. A tarefa foi realizada em algumas noites na Escola Técnica. Em razão do cumprimento da tarefa ofertada, os professores lhe concederam parte do estágio como recompensa e, após alguns meses, o procuraram para ministrar uma disciplina no período noturno. É interessante perceber o lugar especial dedicado a esta experiência pelo entrevistado ao ressaltar “lembro-me bem desta cena”:

Destaco novamente que montei as máquinas no período da noite. Entre as máquinas estavam duas retificadoras... As máquinas já estavam se deteriorando, tive que desmontar as mesmas para ser possível realizar o processo de recuperação, elas estavam mais de três anos dentro das caixas. Bom, realizei todo o processo de recuperação e montagem. No final do mês de junho, estavam todas funcionando, informei ao coordenador que havia completado as minhas tarefas, e ele me recomendou que viesse em um determinado dia no período vespertino para que a diretora do “Escola Técnica” pudesse observar as máquinas funcionando. Como sugerido, retornei à instituição no período da tarde, às 17h, **lembro-me bem desta cena**. Realizei a demonstração para a diretora, ela me agradeceu e me parabenizou. Na primeira semana do mês de agosto, estava ministrando aulas no “SENAI” quando o coordenador do curso de Mecânica da “Escola Técnica” dirigiu-se à instituição para conversar comigo. Ele disse que eu deveria me apresentar durante a noite na “Escola Técnica”, pois tinha surgido uma turma para mim ministrar aulas, disse também que precisava de alguém para demonstrar o uso das máquinas para os alunos do curso técnico em Mecânica. Recusei a proposta, pois tinha finalizado apenas o curso técnico em Mecânica, não achava suficiente para ministrar aulas (RODRIGUES, 2019 – Depoimento concedido ao Projeto Ser Professor na Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA nos tempos da Ditadura Civil-Militar: história de vida e identidade docente. Belém, 23 de janeiro de 2019).

É oportuno destacar que o ingresso em instituições públicas por meio de concurso só se inicia no país após 1988. Era comum ex-alunos de instituições com competência e destaque serem “aproveitados” pelo Estado e, claro, eram também recorrentes as indicações políticas. Após relutar inicialmente, ponderando a responsabilidade e desafios

daquela decisão, o nosso interlocutor relata que, por estímulo de um amigo, acaba aceitando a turma na ETFPA, em 1978. Ressaltamos que só a partir do segundo semestre de 1980 o MEC começaria a exigir cursos superiores para os docentes da educação profissional federal.

Devemos frisar que o contexto político da trajetória formativa do nosso interlocutor em seus tempos de aprendiz na ETFPA é marcado pela vigência de uma ditadura civil-militar no Brasil, instaurada com o golpe de 1964. As décadas de 1960 e 1970 foram turbulentas e confusas, já que se iniciava uma política ditatorial e coercitiva que retiraria da população seus direitos civis e políticos, transformando o cidadão brasileiro *suspeito até que se prove o contrário* (CARVALHO, 2011). Com o passar dos anos, chegaram as prisões, as torturas, os desaparecimentos de pessoas, sem que a população no geral tenha total ciência do que se passava no país, pois a imprensa estava censurada e as informações que chegavam *aos ouvidos do povo brasileiro* eram aquelas que serviam para maquiar o clima de ditadura que pairava no Brasil da época.

Nos relatos do nosso interlocutor, não há referências diretas sobre a experiência da ditadura em sua vida ou na vida da “Escola Técnica”. Mas, de forma espontânea, aparece a figura da diretora Yolanda Ferreira Pinto, gestora da ETFPA durante toda a década de 1970. Na historiografia, a “Professora Yolanda” ocupa um lugar de destaque por ter sido a única mulher a ocupar o cargo de dirigente máximo da instituição (LOBATO, 2010; BASTOS, 1989; VASCONCELOS, 2011).

Contudo, há ainda muita história a ser contada sobre as relações políticas dessa instigante personagem da ETFPA. Nos relatos de memórias do professor, conseguimos delinear alguns aspectos de sua personalidade que não estão distantes do que se esperava de uma gestora possivelmente alinhada ao poder instituído:

Manoel Rodrigues (M.R.) A professora Iolanda era uma professora dedicada a essa instituição. Ela tinha uma facilidade de reconhecimento, até do nome e da face. Lembro-me que das últimas vezes que ela passou aqui e a encontrei, ela me reconheceu. “Oi, Quaresma! Como tu estás?” Então, eu pelo nome, tenho dificuldade. Então, se tu me disseres teu nome hoje, amanhã vou perguntar de novo.

Gustavo Barbosa (G.B.). — Eu também. [riso]

M.R. — Mas ela, até os últimos dias e com a maior consideração. Quando eu ingressei na instituição em 78, antes de eu ingressar, que terminei o estágio, ela vai toda elegante e tal. “Muito bem, meu filho!”, aquele tipo de tratamento... Quando eu ingressei como professor em agosto de 78, nunca

havia visto um tratamento assim, ela era muito rígida. Daqui a pouco, ela aparecia na sala de aula, assim de relâmpago. A pessoa que aparecia mesmo nos espaços, muito presente na instituição. E, infelizmente, teve um problema na irregularidade, não sei exatamente o que foi que aconteceu na gestão dela, mas em 79 ela foi afastada e veio um interventor para cá.

G.B. — Ela se aposentou...

M.R. — Ela se aposentou sim. E viveu muito ainda, até uns ... Acho que faz uns dois ou três anos que ela veio a falecer. Mas, perto do falecimento dela, encontrei com ela aqui, e ela disse: “Oi, Quaresma, como tu estás?”, minha relação com ela mesmo...

G.B. — O senhor se lembra de algo da trajetória dela? Tipo assim, ela começou como professora... Estamos falando de um momento da história da instituição em que esses cargos eram frutos de indicação política... Ela tinha ligação com algum político?

M.R. — Eu acredito que sim, porque naquele momento, na ditadura propriamente dita, só ingressava quem tinha indicação... Lembro-me que naquela época, uma grande influência aqui no Pará era o Jarbas Passarinho. Os cargos aqui passavam por ele. (RODRIGUES, 2019 – Depoimento concedido ao Projeto Ser Professor na Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA nos tempos da Ditadura Civil-Militar: história de vida e identidade docente. Belém, 23 de janeiro de 2019)

Segundo a pesquisadora Ana Lobato, a professora Yolanda Pinto, após passar pela Presidência da Associação de Professores e ser Vice-diretora da instituição, foi eleita por um Conselho de Representantes da ETFPA para ser Diretora, mas para concorrer teve a indicação do ex-diretor Montenegro Duarte (LOBATO, 2012). As entrevistas concedidas a esta pesquisadora dão conta de uma gestora presente, ativa e muito vigilante e empenhada no sucesso da estruturação da Educação Profissional no Pará.

Voltando às memórias do jovem estudante Quaresma, confrontamo-nos com o esquecimento. Segundo seu relato, não lembra da existência de movimento estudantil dentro da instituição e, por conta de suas atividades profissionais paralelas à formação, não tinha tempo de se envolver.

De egresso a professor

Cheguei à noite na “Escola Técnica”, haviam dividido uma turma para mim. Portanto, ainda não tinha nenhuma espécie de programa de aulas. Após receber a turma, elaborei um programa de aulas. Com isso, iniciei a minha carreira profissional como professor. Cabe frisar que não realizei concurso para ingressar como professor, era apenas um contrato que expirava em dezembro. Em janeiro, meu contrato foi renovado. Seguindo anos de renovações do contrato, em janeiro de 1980, renovaram novamente – no entanto, caracterizava-se como contrato com tempo de expiração indeterminado (RODRIGUES, 2019 – Depoimento concedido ao Projeto Ser Professor na Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA nos tempos da

Ditadura Civil-Militar: história de vida e identidade docente. Belém, 23 de janeiro de 2019).

É interessante observar, neste aspecto, as lacunas de profissionais qualificados para atuarem na educação profissional mesmo sendo a “Escola Técnica” uma instituição “especializada” nesta área. O trecho também nos possibilita perceber elementos da estruturação da identidade docente do nosso interlocutor no exercício profissional. Inicia muito jovem, tendo a prática como sua aliada na sala de aula. Confronta-se com a necessidade de investir na busca dos saberes pedagógicos. Não se tratava de um caso isolado. Conforme Lobato (2012) será a professora Yolanda Pinto que fará um enorme esforço para firmar parceria entre ETEPA e UFPA e promover a formação continuada dos docentes. Sobre o início da carreira, a narrativa do professor concilia a formação técnica e a formação pedagógica, bem como destaca a autonomia docente na ETEPA. Em seu relato, as pedagogas contribuíam de forma significativa e eram bem vindas por docentes da área de formação específica:

Preparei um plano de curso para a disciplina, que era específica. Mas tínhamos um planejamento pedagógico assistido pelo setor de pedagogia da instituição. Tínhamos a preparação das nossas aulas, lembro-me que tínhamos fichários, que fazíamos o plano de aula. O setor pedagógico, esporadicamente, ia assistir às nossas aulas. Hoje, se um pedagogo entrar em uma sala de aula, há uma reação muito grande pelos professores e alunos. Naquela época não, era muito bom, porque eles faziam as observações deles e marcávamos uma reunião em que apontavam as melhorias que poderia ter. Aquilo foi muito bom para mim, que fui aprendendo com as informações. Era uma relação muito positiva, não tínhamos nenhum problema de um pedagogo entrar na nossa sala de aula. No fim, vinham as contribuições, que eram extremamente produtivas para melhorar a nossa didática. No planejamento pedagógico, tínhamos alguma formação específica. Eu achava muito positivo aquilo (RODRIGUES, 2019 – Depoimento concedido ao Projeto Ser Professor na Escola Técnica Federal do Pará – ETEPA nos tempos da Ditadura Civil-Militar: história de vida e identidade docente. Belém, 23 de janeiro de 2019)

Em 1985, o professor Quaresma concluiu sua licenciatura, realizou algumas formações na área de Educação Empreendedora na Educação Profissional e, depois, cursou Mestrado em Educação. Por nove anos, exerceu o cargo de Coordenador do Curso Técnico em Mecânica e chegou a ser Diretor de Ensino (2004), quando a instituição já era Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica-CEFET. No momento da entrevista, havia passado pela experiência de atuar como Diretor Geral do Campus Belém. Ao longo da carreira, portanto, se disponibilizou a vivenciar a instituição nos diferentes âmbitos.

Ressaltamos que a identidade docente é um lugar de lutas e conflitos, uma construção de maneiras de ser e de estar na profissão (NÓVOA, 1992). A maneira escolhida pelo nosso interlocutor carrega a marca da ETFPA e seu saudosismo aparece em alguns momentos, principalmente quando ressalta o alinhamento da instituição com o mercado de trabalho:

Não havia rigidez, de não ter liberdade de fazer certas coisas. Mas a nossa preocupação era o conteúdo. Estávamos na expectativa que o estudante, ao sair dali, teria condições de dar conta lá fora. Seguíamos a perspectiva de preparar o aluno para o mercado de trabalho: o que acontecia – pelos resultados das empresas de que os alunos eram excelentes. Nossa preocupação estava nisso. Não havia praticamente debates sobre coisas menos voltadas ao conteúdo específico. Não havia preocupação nesse sentido.

G.B. — Havia preocupação com a prática...

M.R. — Com a prática. Dava-se toda a teoria, em seguida a prática. Teoria e prática. Por isso, o aluno saía bem formado. Não era apenas uma teoria, ele saía executando. Então, quando saía daqui, poderia encarar qualquer indústria.

Nós tivemos parceria com o parque de material Aeronáutico de Belém. O parque comprometeu-se para que os alunos de mecânica fossem para lá fazer uma formação complementar curricular na parte de avião. Não me lembro exatamente o ano, acho que começou [...] em 80/79 essa parceria. Depois, foi feito um convênio com o parque, sendo ministrado o curso técnico em avião para quem houvesse concluído o curso técnico em mecânica, eletrônica ou eletrotécnica, realizando um processo seletivo. Como o parque era aqui em Belém, era fácil.

As aulas eram ministradas pelos professores da Aeronáutica nos conhecimentos de aviões e pelos professores da instituição. Até hoje, temos muitos alunos nos aeroportos do Brasil. O interessante é que esses alunos eram formados e eram colocados diretos nas Empresas. Não ficava aluno algum desempregado. Se não me engano, era o curso que melhor atendia, naquele momento, às empresas aqui no Pará. (RODRIGUES, 2019 – Depoimento concedido ao Projeto Ser Professor na Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA nos tempos da Ditadura Civil-Militar: história de vida e identidade docente. Belém, 23 de janeiro de 2019).

Essas memórias reforçam o que já apontamos pela historiografia: a ETFPA ocupou uma destacada posição na formação da juventude trabalhadora e, simultaneamente, no projeto de expansão industrial da Amazônia paraense:

G.B. — O senhor está falando que os nossos cursos tinham essa vocação industrial. Havia um vínculo institucional entre a escola técnica e as estatais, como a Eletrobrás, a Vale, a Telebrás?

M.R. — O vínculo que se tinha era em função da necessidade que eles apontavam. Eles buscavam os profissionais aqui. Tinha época de que antes de nos formarmos os estudantes estavam todos comprometidos. Não dava tempo de esperar o aluno se formar. A empresa vinha antes e fazia a

seleção dos estudantes aqui dentro. Então, quando terminava o curso, estavam todos empregados. Eu me lembro muito bem da hidrelétrica de Tucuruí, por exemplo. Nós passamos a ser um parque de formação para a Eletronorte. Então, nossos alunos de eletrônica, eletrotécnica foram selecionados. A própria empresa vinha ministrar curso aqui dentro para eles. Quando terminava o curso, iam direto para dar continuidade nos estudos, em preparação para que quando a usina começasse a funcionar estivessem preparados para isso. Teve aluno que foi até para o exterior dar continuidade da formação para dar conta do funcionamento das empresas.

G.B. — Isso contribuía para a imagem da escola técnica...

M.R. — Sim, porque nós professores tínhamos muito acesso a essas empresas, até porque íamos ministrar muitos cursos lá dentro também, na Eletronorte, na Albrás. Carajás conhecemos na implantação, na Eletronorte conhecemos na implantação. A gente tinha uma visita técnica permanente lá. Era interesse da empresa que tivéssemos conhecimento do que estava acontecendo, até porque, com esse conhecimento, conseguíamos trabalhar melhor a formação de nossos estudantes. (RODRIGUES, 2019 – Depoimento concedido ao Projeto Ser Professor na Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA nos tempos da Ditadura Civil-Militar: história de vida e identidade docente. Belém, 23 de janeiro de 2019).

Considerações finais

As elaborações da memória são desafiadoras e complexas, nem sempre sendo possível recolocá-las dentro de um roteiro determinado. Quando o sujeito da nossa comunidade – ETFPA – produziu seus discursos, estava – é significativo destacar – numa fase de desinvestimento na carreira (havia pedido a aposentadoria, concluía a gestão como Diretor Geral), num momento de fechamento de ciclo. A atmosfera de despedida, inevitavelmente, o leva a entrelaçar elementos do presente, ora em um tom de legado, ora em tom de gratidão à instituição que o acolheu. O presente, as disputas de projetos políticos e institucionais, as tramas tecidas no cotidiano de professores e professoras da EPT são marcantes em trechos de suas falas. Contudo, compreendemos que é preciso possibilitar que os protagonistas da educação profissional elaborem seus relatos, que se percebam sujeitos do relevante processo de formação da classe trabalhadora no Pará, que rememorem os conflitos e as resistências para manutenção desse projeto societário, fortalecido nos anos de governos de esquerda.

Devemos também pontuar os silêncios e esquecimentos. A trajetória narrada pelo nosso interlocutor coloca o trabalho de forma central em sua história de vida, assim como o exercício profissional distante dos embates políticos e das circunstâncias dos tempos sombrios que foram vivenciados no Pará e no Brasil. Vemos, assim, as astúcias da memória e

o inevitável desassossego quando ela se confronta com a História – dinâmica, questionadora e sempre por fazer.

REFERÊNCIAS

FONTES

BRASIL. *Lei nº 5692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

_____. *Decreto 7.566* de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.

_____. *Decreto nº 4.127* de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.

RODRIGUES, Manoel Antônio Quaresma. *Depoimento concedido ao Projeto Ser Professor na Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA nos tempos da Ditadura Civil-Militar: história de vida e identidade docente*. Belém, 23 de janeiro de 2019.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

BASTOS, Péricles, Antônio Barra. *De escola de Aprendizes e Artífices do Pará a Escola Técnica Federal: 1910-87*. Gráfica Sagrada família, 1984.

BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. “Da Maria Antônia” à Cidade Universitária: narrativas e experiências de uma comunidade docente em trânsito (FFLCH-USP). *Revista História Oral*. V.1, n.20. 2017.

CATANI, Denice Barbara et al. História, memória e autobiografia na pesquisa educacional e na formação. In: CATANI, Denise Barbara et al. (Orgs) *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. 4 ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2003. p. 15-47.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COSTA, Lairson. Da escola de aprendizes e artífices a Instituto Federal do Pará: 1909 a 2009. In: COSTA, Lairson (Org.). *Instituto Federal do Pará 100 anos de Educação Profissional*. Belém: GTR Gráfica e Editora, 2009. p. 9-55

CHIZZOTTI. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral e narrativa. Tempo, memória e identidades. *Revista Brasileira de História Oral*, n. 6, p. 9-25, 2003. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=62&path%5B%5D=54>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

LOBATO, Ana Maria Leite. Percurso e itinerário da ETPFA como proposta de profissionalização do ensino na década de 1970. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza, v. 2, n. 60. 2010. p. 180-197.

LOBATO, Ana Maria Leite. *Re-contando a história da Escola Técnica Federal do Pará: a educação profissional em marcha de 1967 a 1979*. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2012.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral* (Orgs). 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 15-25.

MEIHY, José Carlos Sebe B. *Guia prático de história oral: para empresas universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ed. São Paulo: Centauro, 2015. p. 29-71.

MINAYO, Maria Cecília de S; ODÉCIO, Sanches. *Quantitativo- Qualitativo: oposição ou complementariedade*. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 9, n3, p.239-262, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2011.

NÓVOA, António. *Vida de professores*. 2 ed. Porto: Editora, 2013.

PAULILO, Maria Angélica Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço social em Revista*, v. 2, 135-148, 1999.

PETIT, Pere. O Golpe-Civil Militar, a ditadura e as disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1985. *Revista de Estudios Brasileños*. Salamanca: Espanha. V.3, n.04, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto história*, São Paulo, n.14, 1997.

QUEIROZ Maria Isaura Pereira. Relatos orais do “indivisível” ao “dizível”. In: QUEIROZ Maria Isaura Pereira; SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (Orgs.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988.